

5.2016/1158



Quinta-feira, 17 de Julho de 2014

II Série – N.º 43

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz:190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, <a href="http://www.imprensanacional.gov.ao">www.imprensanacional.gov.ao</a> - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries . . . . .	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série . . . . .	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série . . . . .	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série . . . . .	Kz: 115 470.00	

## SUMÁRIO

### Ministério das Finanças

Despacho n.º 943/14:

Rectifica o Despacho n.º 1098/14 de 14 de Maio, publicado no *Diário da República* n.º 90/14, I série, que nomeia Francisco António Domingos para as funções de Escriturário-Dactilógrafo, no quadro temporário do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro.

### Ministério dos Petróleos

Despacho n.º 944/14:

Nomeia Amadcu Paquete Terra Correia de Azevedo para o cargo de Director Nacional de Petróleos.

Despacho n.º 945/14:

Nomeia Maria Manuela Deolinda dos Santos Coelho para o cargo de Directora Nacional de Fomento da Angolanização.

Despacho n.º 946/14:

Nomeia Manuel Augusto Xavier Júnior para o cargo de Director Nacional de Segurança Industrial, Emergências e Ambiente.

Despacho n.º 947/14:

Nomeia Filipe Cruz de Redolfo Lima para o cargo de Secretário Geral.

Despacho n.º 948/14:

Nomeia Jacinto Prazeres de Jesus Cortez para o cargo de Inspector Geral.

Despacho n.º 949/14:

Nomeia Estêvão Pedro para o cargo de Director do Gabinete de Intercâmbio.

Despacho n.º 950/14:

Nomeia Ana Leopoldina Isabel Dombolo Eduardo para o cargo de Directora do Gabinete de Recursos Humanos.

Despacho n.º 951/14:

Nomeia Joaquim Nascimento Espírito Santo Carvalho para o cargo de Director do Gabinete de Tecnologias de Informação.

Despacho n.º 952/14:

Nomeia Inês Natália de Menezes Baptista para o cargo de Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

Despacho n.º 953/14:

Nomeia António Pereira dos Santos Izata para o cargo de Director do Gabinete Jurídico.

Despacho n.º 954/14:

Nomeia Delfino da Graça Marcelino para o cargo de Director Nacional de Refinação, Petroquímica e Biocombustíveis.

### Ministério da Educação

Despacho n.º 955/14:

Sanciona António Filomão, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 2.º Escalão, com a pena de demissão.

Despacho n.º 956/14:

Autoriza o regresso de Felismina Antónia Mahapi Domingos Canhanga, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, aos quadros deste Ministério.

### Governo Provincial de Luanda

Despacho n.º 957/14:

Promove Fausto Francisco Rufino para a categoria de Técnico Médio Principal de 1.ª Classe.

Despacho n.º 958/14:

Coloca Manuel Alves Ferreira Chamica, Professor do Ensino Primário Diplomado do 6.º Escalão, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação de Luanda.

Despacho n.º 959/14:

Coloca Maria da Conceição João Garcia, Técnica de Diagnóstico e Terapêutica de 2.ª Classe, para o quadro de pessoal da Direcção provincial da Saúde de Luanda.

Despacho n.º 960/14:

Coloca Clementina Valentina Cambumba, Enfermeira Geral do 2.º Escalão, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

Despacho n.º 961/14:

Coloca Emereciana de Jesus Clemente Kapose Candumba, Técnica Superior de Diagnóstico e Terapêutica de 2.ª Classe, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

Despacho n.º 962/14:

Coloca Engrácia Mendes João, Enfermeira Auxiliar do 1.º Escalão, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

Despacho n.º 963/14:

Coloca Leonilde Teresa Quiala Quimbungo, Técnica de Enfermagem de 3.ª Classe, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

Despacho n.º 964/14:

Coloca Emilia Alberto Bula, Técnica de Enfermagem de 3.ª Classe, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

Despacho n.º 965/14:

Nomeia Tânia Cristina Manso de Oliveira para o cargo de Assessora do Governador da Província para Área Social.



## Governo Provincial de Benguela

### Despacho n.º 966/14:

Transfere Afonso António Manuel, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, do Município do Balombo, para o Município da Catumbela.

### Despacho n.º 967/14:

Transfere Valéria Tchipondia Sayengue, Professora do Ensino Primário do 5.º Escalão, do Município da Baía Farta para o Município de Benguela.

### Despacho n.º 968/14:

Transfere Beatriz Chijurmira Chombossi, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 6.º Escalão, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

### Despacho n.º 969/14:

Transfere Maria de Fátima Mbimbi, Professora do Ensino Primário do 5.º Escalão, do Município do Bocoio para o Município do Caimbambo.

### Despacho n.º 970/14:

Transfere Maria de Fátima Kangombe, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, do Município da Ganda para o Município da Catumbela.

### Despacho n.º 971/14:

Transfere Cândida dos Anjos Kamutali Sacaputo, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município do Cubal para o Município de Benguela.

### Despacho n.º 972/14:

Transfere Inocêncio Tchama, Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, do Município do Lobito para o Município do Balombo.

### Despacho n.º 973/14:

Transfere Elvira Chatunga, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município do Balombo para o Município do Lobito.

### Despacho n.º 974/14:

Transfere Alfredo Chingango Sanjambela, Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, do Município do Balombo para o Município do Lobito.

### Despacho n.º 975/14:

Transfere Aurélio Catolo Félix, Professor do Ensino Primário do 2.º Escalão, do Município do Balombo para o Município do Lobito.

### Despacho n.º 976/14:

Transfere Zeferino Leonardo Culanda, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 2.º Escalão, do Município do Lobito para o Município do Balombo.

### Despacho n.º 977/14:

Transfere Adelino José Catumbela, Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, do Município da Baía-Farta para o Município de Benguela.

### Despacho n.º 978/14:

Transfere Rui Domingos dos Santos Pascoal, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, do Município de Benguela para o Município da Catumbela.

### Despacho n.º 979/14:

Transfere Beatriz Vanolamo, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, do Município do Lobito para o Município de Benguela.

### Despacho n.º 980/14:

Transfere Cristina Tchipembe da Silva Lumbongo, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município do Cubal para o Município de Benguela.

### Despacho n.º 981/14:

Transfere Marta Kusseteca Viti da Conceição, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município do Bocoio para o Município do Lobito.

### Despacho n.º 982/14:

Transfere Paulina Catembo Ngungui Romão Katemba, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, do Município do Balombo para o Município do Lobito.

### Despacho n.º 983/14:

Transfere Felisbela Maria da Conceição Leonardo, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, do Município do Balombo para o Município do Lobito.

### Despacho n.º 984/14:

Transfere Patrícia da Conceição Braz Figueiredo, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, do Município do Lobito para o Município da Catumbela.

### Despacho n.º 985/14:

Transfere Margarida Apanguela Angelino Oliveira, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

### Despacho n.º 986/14:

Transfere Inácia Chilonga Bacia, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, do Município do Cubal para o Município de Benguela.

### Despacho n.º 987/14:

Transfere Domingas da Graça Henrique Kangumbe, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário do 6.º Escalão, do Município da Baía-Farta para o Município de Benguela.

## ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado

### Resolução n.º 45/14:

Aprova o Contrato de Investimento do Projecto denominado «CIMC — Construction (Angola), Co., Limitada» no valor global de USD 4.000.000,00 sob o Regime Contratual Único.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Despacho n.º 943/14

de 17 de Julho

Tendo saído inexacto o meu Despacho n.º 1098/14, de 14 de Maio, através do qual é nomeado Francisco António Domingos, para em comissão de serviço, exercer as funções de auxiliar Administrativo de 1.ª Classe, no Quadro Temporário do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro.

Havendo necessidade de se proceder à correcção do n.º 1, do Despacho em referência, determino:

1. Onde se lê «É, Francisco António Domingos, nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe, no Quadro Temporário do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro», passa a ler-se:

2. É Francisco António Domingos nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de Escriitário-Dactilógrafo, no Quadro Temporário do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro.

3. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Julho de 2014.

O Ministro, *Armado Manuel*.



**MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS****Despacho n.º 944/14**  
de 17 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos, determino:

É Amadeu Paquete Terra Correia de Azevedo nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Director Nacional de Petróleos.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Julho de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

**Despacho n.º 945/14**  
de 17 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos, determino:

É Maria Manuela Deolinda dos Santos Coelho nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Directora Nacional de Fomento da Angolanização.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Julho de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

**Despacho n.º 946/14**  
de 17 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos, determino:

É Manuel Augusto Xavier Júnior nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Director Nacional de Segurança Industrial, Emergências e Ambiente.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Julho de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

**Despacho n.º 947/14**  
de 17 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos, determino:

É Filipe Cruz de Redolfo Lima nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Secretário Geral.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Julho de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

**Despacho n.º 948/14**  
de 17 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos, determino:

É Jacinto Prazeres de Jesus Cortez nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Inspector Geral.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Julho de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

**Despacho n.º 949/14**  
de 17 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos, determino:

É Estêvão Pedro nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Director do Gabinete de Intercâmbio.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Julho de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

**Despacho n.º 950/14**  
de 17 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 103/14, de



14 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos, determino:

É Ana Leopoldina Isabel Dombolo Eduardo nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Directora do Gabinete de Recursos Humanos.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Julho de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

#### **Despacho n.º 951/14**

de 17 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos, determino:

É Joaquim Nascimento Espírito Santo Carvalho nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Director do Gabinete de Tecnologias de Informação.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Julho de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

#### **Despacho n.º 952/14**

de 17 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos, determino:

É Inês Natália de Menezes Baptista nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Julho de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

#### **Despacho n.º 953/14**

de 17 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos, determino:

É António Pereira dos Santos Izata nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Director do Gabinete Jurídico.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Julho de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

#### **Despacho n.º 954/14**

de 17 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos, determino:

É Delfino da Graça Marcelino nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Director Nacional de Refinação, Petroquímica e Biocombustíveis.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Julho de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

#### **Despacho n.º 955/14**

de 17 de Julho

Tendo-se confirmado em processo disciplinar instaurado contra António Filomão, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 2.º Escalão, com o número de Agente 1105404, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário n.º 5014, Engenheiro João Beirão, que o mesmo:

- a) No exercício das suas funções intimidou a aluna Cláudia Inglês Issenguele, para manter relações sexuais, que resultou na gravidez da mesma;
- b) Ter assediado uma outra aluna de nome Tatiana Teresa Cambolo, ao ponto de aliciá-la com dez mil kwanzas, com o intuito de manter relações sexuais.

Considerando a gravidade dos factos, socialmente reprováveis na condição de «educador» constitui violação dos deveres dos funcionários públicos descritos no artigo 4.º n.º 6 do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho, conjugado com o artigo 33.º, n.º 2 alínea b) e 34.º alínea a) ambos do Decreto n.º 3/08 de 4 de Março.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:



1. É António Filomão, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 2.º Escalão, com o número de Agente 1105404, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário n.º 5014, Engenheiro João Beirão, sancionado com a pena de «demissão» prevista no artigo 10.º alínea e) do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho.

2. Dê-se a conhecer ao infractor.

3. Arquite-se no respectivo processo individual.  
Publique-se.

Luanda, aos 3 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

#### **Despacho n.º 956/14** de 17 de Julho

Considerando o pedido de regresso aos quadros do Ministério da Educação formulado por Felismina Antónia Mahapi Domingos Canhanga, após gozo de licença ilimitada concedida através do Despacho n.º 929/11, de 9 de Dezembro;

Ao abrigo do disposto no artigo 36.º n.ºs 1 e 5 do Decreto-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, que regulamenta o regresso dos funcionários que se encontram em situação de licença ilimitada;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo Único: — É autorizado o regresso aos quadros do Ministério da Educação de Felismina Antónia Mahapi Domingos Canhanga, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 06718566, com colocação na Escola de Formação de Professores «Neves e Sousa», sita no Município de Viana, Província de Luanda.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

## **GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA**

#### **Despacho n.º 957/14** de 17 de Julho

Havendo necessidade de se proceder à promoção automática do indivíduo abaixo mencionado, ao abrigo dos artigos 23.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda aprovado através do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1.º — É Fausto Francisco Rufino, Técnico Médio Principal de 2.ª Classe, Agente n.º 00603879, promovido para a categoria de Técnico Médio Principal de 1.ª Classe,

nos termos da alínea a) n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, para preencher o lugar criado e não provido no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Juventude e Desporto.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 20 de Julho de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

#### **Despacho n.º 958/14** de 17 de Julho

Mediante solicitação do MAT, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1.º — É Manuel Alves Ferreira Chamica, Professor do Ensino Primário, Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 88166576, colocado no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação de Luanda.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 11 de Junho de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

#### **Despacho n.º 959/14** de 17 de Julho

Mediante solicitação do MAT, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1.º — É Maria da Conceição João Gareia, Técnica de Diagnóstico e Terapêutica de 2.ª Classe, Agente n.º 11365526, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 11 de Junho de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.



**Despacho n.º 960/14**

de 17 de Julho

Mediante solicitação da interessada, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1.º — É Clementina Valentina Cambumba, Enfermeira Geral do 2.º Escalão, Agente n.º 11619027, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 11 de Junho de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

**Despacho n.º 961/14**

de 17 de Julho

Mediante solicitação do MAT, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1.º — É Emereciana de Jesus Clemente Kapose Candumba, Técnica Superior de Diagnóstico e Terapêutica de 2.ª Classe, Agente n.º 89036367, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 11 de Junho de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

**Despacho n.º 962/14**

de 17 de Julho

Mediante solicitação da interessada, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1.º — É Engrácia Mendes João, Enfermeira Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 11797792, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 11 de Junho de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

**Despacho n.º 963/14**

de 17 de Julho

Mediante solicitação da interessada, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1.º — É Leonilde Teresa Quiala Quimbungo, Técnica de Enfermagem de 3.ª Classe, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 11 de Junho de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

**Despacho n.º 964/14**

de 17 de Julho

Mediante solicitação da interessada, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1.º — É Emília Alberto Bula, Técnica de Enfermagem de 3.ª Classe, Agente n.º 88241160, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 11 de Junho de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.



**Despacho n.º 965/14**  
de 17 de Julho

Por conveniência de serviço;

O Governador da Província de Luanda nos termos da alínea d) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo da Província de Luanda, determino:

1.º — É Tânia Cristina Manso de Oliveira, nomeada para em comissão de serviço exercer o cargo de Assessora do Governador da Província para a Área Social.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 9 de Fevereiro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

## GOVERNO PROVINCIAL DE BENGUELA

**Despacho n.º 966/14**  
de 17 de Julho

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91 de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Afonso António Manuel, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 11243102, transferido a seu pedido, do Município do Balombo, para o Município da Catumbela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 967/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91 de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Valéria Tchipondia Sayengue, Professora do Ensino Primário do 5.º Escalão, Agente n.º 11901692, transferida a seu pedido, do Município da Baía Farta para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 968/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Beatriz Chijurmira Chombossi, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 6.º Escalão, Agente n.º 1289710, transferida do Município da Ganda, para o Município de Benguela, a seu pedido.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 969/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Maria de Fátima Mbimbi, Professora do Ensino Primário do 5.º Escalão, Agente n.º 11274172, transferida a seu pedido, do Município do Bocoio para o Município do Caimbambo.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.



**Despacho n.º 970/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91 de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Maria de Fátima Kangombe, Professora do 1 Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11274640, transferida do Município da Ganda para o Município da Catumbela, a seu pedido.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 971/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferência;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Cândida dos Anjos Kamutali Sacaputo, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 12080150, transferida do Município do Cubal para o Município de Benguela, a seu pedido.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 972/14**  
de 17 de Julho

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferência;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da

Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Inocêncio Tchama, Professor do 1 Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 10535179 e CIF n.º 137351-04, transferido do Município do Lobito, para o Município do Balombo, a seu pedido.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 973/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Elvira Chatunga, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 11742182, transferida do Município do Balombo para o Município do Lobito, a seu pedido.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 974/14**  
de 17 de Julho

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Alfredo Chingango Sanjambela, Professor do 1 Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 11242120, transferido a seu pedido, do Município do Balombo para o Município do Lobito.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.



**Despacho n.º 975/14**  
de 17 de Julho

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Aurélio Catolo Félix, Professor do Ensino Primário do 2.º Escalão, Agente n.º 0808910 e CIF n.º 135660162, transferido do Município do Balombo para o Município do Lobito, a seu pedido.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 976/14**  
de 17 de Julho

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Zeferino Leonardo Culanda, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 2.º Escalão, Agente n.º 05559249, transferido do Município do Lobito para o Município do Balombo, a seu pedido.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 977/14**  
de 17 de Julho

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da

Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Adelino José Catumbela, Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11242597, transferido a seu pedido do Município da Baía-Farta para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 978/14**  
de 17 de Julho

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Rui Domingos dos Santos Pascoal, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 056082556, transferido a seu pedido, do Município de Benguela para o Município da Catumbela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 979/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Beatriz Vanolamo, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 08088738, transferida a seu pedido, do Município do Lobito para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.



**Despacho n.º 980/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Cristina Tchipembe da Silva Lumbongo, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 12082428, transferida a seu pedido, do Município do Cubal para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 981/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, conjugado com o Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Marta Kusseteca Viti da Conceição, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 12072631, transferida a seu pedido do Município do Bocoio para o Município do Lobito.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 982/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e

Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Paulina Catembo. Ngungui Romão Katembo, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 87555080, transferida a seu pedido, do Município do Balombo para o Município do Lobito.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 983/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Felisbela Maria da Conceição Leonardo, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11743023, transferida a seu pedido, do Município do Balombo para o Município do Lobito.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 984/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Patrícia da Conceição Braz Figueiredo, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 08072677, transferida a seu pedido, do Município do Lobito para o Município da Catumbela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.



**Despacho n.º 985/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Margarida Apanguela Angelino Oliveira, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 88588024, transferida a seu pedido, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 986/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Inácia Chilonga Bacia, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 11263599, transferida a seu pedido, do Município do Cubal para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 987/14**  
de 17 de Julho

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Domingas da Graça Henrique Kangumbe, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário do 6.º Escalão, Agente n.º 12095394, transferida a seu pedido, do Município da Baía-Farta para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 23 de Abril de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**ANIP — AGÊNCIA NACIONAL  
PARA O INVESTIMENTO PRIVADO**

**Resolução n.º 45/14**  
de 17 de Julho

Considerando que, a «CITIC — Construction Co., Ltd.», pessoa colectiva de direito Chinês, entidade não residente cambial, Investidor Externo, e a «CITIC — Construction International, Ltd.», pessoa colectiva, constituída ao abrigo das Leis das Ilhas Virgens Britânicas, entidade não residente cambial, Investidor Externo, apresentaram ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), uma proposta de investimento externo a realizar na República de Angola;

Considerando que no âmbito desta proposta constituir-se-á uma sociedade de direito angolano, a denominar-se «CITIC — Construction (Angola), Co., Limitada», cuja actividade principal é a construção civil e obras públicas, bem como o levantamento geológico das obras a si adjudicadas;

Considerando ainda, que o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, a construção civil e obras públicas;

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado por Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o contrato de investimento do projecto denominado «CITIC — Construction (Angola), Co., Limitada», no valor global de USD 4.000.000,00 (Quatro milhões de dólares dos EUA), sob o Regime Contratual Único.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 12 de Março de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.



## PROJECTO DE INVESTIMENTO PRIVADO CITIC — CONSTRUCTION (ANGOLA). CO., LIMITADA

### Contrato de Investimento Privado

#### Entre:

Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Indústria, aqui representado pela Maria Luísa Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto, doravante designado por «Estado Angolano».

#### E

1. «CITIC — Construction Co., LTD.», uma sociedade constituída e existente ao abrigo das Leis da República Popular da China, Investidor Externo, entidade não residente cambial, com sede social em 27/F, Tower B, TYG Center C2 Dong San Huan Beilu, Chaoyang District, Beijing China, neste acto representada pelo Sr. Liu Guigen, na qualidade de Procurador;

2. «CITIC — Construction International, LTD.», uma sociedade constituída e existente ao abrigo das Leis das Ilhas Virgens Britânicas, Investidor Externo, entidade não residente cambial, com sede social em PO Box 957, Incorporações Offshore Center, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas, neste acto representada por Liu Guigen, na qualidade de Procurador.

(CITIC — Construction Co., LTD.) e «CITIC — Construction International, LTD.», serão doravante conjuntamente designadas por «Investidores Externos»)

#### Considerando que:

- a) Nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (do Investimento Privado), a Agência Nacional para o Investimento Privado — «ANIP» é a agência do Estado Angolano responsável por i) implementar as políticas nacionais relativas a investimentos privados, ii) promover, coordenar e supervisionar investimentos privados em Angola e iii) representar o Estado Angolano em contratos de investimento privado a serem celebrados entre este e os investidores nacionais ou estrangeiros;
- b) Os Investidores pretendem constituir uma sociedade em Angola que irá prestar serviços de construção e obras públicas, bem como o levantamento geológico das obras a si adjudicadas, em Angola.

As Partes celebram livremente e de boa-fé o presente Contrato de Investimento, que se rege pelas seguintes Cláusulas:

#### CLÁUSULA 1.ª (Natureza e objecto)

1. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa.

2. O objecto deste Contrato de Investimento é a constituição de uma sociedade por quotas de direito angolano a denominar-se «CITIC — Construction (Angola), Co., Limitada», cuja actividade será a construção civil e obras públicas, bem como o levantamento geológico das obras a si adjudicadas.

#### CLÁUSULA 2.ª (Localização do Investimento e Regime Jurídico dos Bens dos Investidores)

1. A sociedade terá a sua sede social na Rua Dr. Joaquim Kapango, Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Província de Luanda, Zona de Desenvolvimento A.

2. Sem prejuízo do número anterior, a sociedade constituída pelos Investidores irá desenvolver a sua actividade e objecto social em todo o território angolano.

3. Toda a propriedade e bens afectos ou relativos ao projecto de investimento, objecto do presente Contrato, estão sujeitos ao regime de propriedade privada.

#### CLÁUSULA 3.ª (Duração do Contrato)

1. O Contrato de Investimento entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará por tempo indeterminado, salvo se denunciado pelas Partes.

2. Qualquer das Partes pode denunciar este Contrato de Investimento mediante aviso prévio por escrito à outra Parte, com antecedência de pelo menos 6 (seis) meses antes da data da proposta de denúncia.

3. Caso o Estado Angolano denuncie este Contrato de Investimento, garante desde logo o direito aos Investidores de transferirem livremente para o estrangeiro, todos e quaisquer bens ou montantes relacionados com o Projecto de Investimento, salvo nos casos previstos na lei.

#### CLÁUSULA 4.ª (Objectivos do Projecto de Investimento)

Em conformidade com o disposto no artigo 27.º da Lei do Investimento Privado, constituem objectivos do projecto de investimento:

- a) Contribuir para o crescimento da economia nacional;
- b) Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e elevar a qualificação da mão-de-obra angolana;
- c) Transferir tecnologia e aumentar a eficiência da produção nacional;
- d) Promover o desenvolvimento tecnológico, a eficiência empresarial e a qualidade dos produtos no País.

#### CLÁUSULA 5.ª (Execução e gestão do projecto)

1. O projecto será administrado e implementado pela «CITIC — Construction (Angola), Co., Limitada».

2. O capital social da Sociedade será repartido da seguinte forma:



- a) «CITIC — Construction Co., Ltd.», deterá 99% (noventa e nove por cento) do capital social; e
- b) «CITIC — Construction International, Ltd.», deterá 1% (um por cento) do capital social.

**CLÁUSULA 6.ª**  
(Operações de investimento)

O Projecto será implementado através das operações constantes das alíneas a), b), c) e f) do artigo 12.º, da Lei do Investimento Privado:

- a) Introdução de moeda livremente conversível;
- b) Introdução de tecnologia e *know-how*;
- c) Introdução de máquinas, equipamentos e outros meios fixos corpóreos;
- d) Criação de uma sociedade de direito angolano.

**CLÁUSULA 7.ª**  
(Montante do Projecto de Investimento e formas de realização)

1. O montante total do investimento será de USD 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares dos E.U.A.), subscritos pelos investidores, do seguinte modo:

USD 3.000.000,00 (três milhões de dólares dos E.U.A.), pela «CITIC — Construction, Co., Ltd.»;

USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos E.U.A.), pela «CITIC — Construction International, Ltd.».

2. O montante de investimento referido no número anterior será realizado através das formas previstas nas alíneas a) e d) do artigo 13.º da Lei do Investimento Privado, sendo:

- a) USD 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil dólares dos E.U.A.), pela transferência de fundos próprios do exterior, dos quais:

USD 1.188.000,00 (um milhão cento e oitenta e oito mil dólares dos E.U.A.), pela «CITIC — Construction, Co., Ltd.»;

USD 12.000,00 (Doze mil dólares dos E.U.A.), pela «CITIC — Construction International, Co., Ltd.».

- b) USD 2.800.000,00 (dois milhões, oitocentos mil dólares dos E.U.A.), pela importação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos, dos quais:

USD 1.812.000,00 (um milhão, oitocentos e doze mil dólares dos E.U.A.), a subscrever pela «CITIC — Construction Co., Ltd.»;

USD 988.000,00 (novecentos e oitenta e oito mil dólares dos E.U.A.), a subscrever pela «CITIC — Construction International, Ltd.».

**CLÁUSULA 8.ª**  
(Financiamento do investimento)

O investimento será realizado exclusivamente com recurso a capitais próprios dos Investidores, domiciliados no exterior.

**CLÁUSULA 9.ª**  
(Cronograma de implementação do Projecto de Investimento)

O projecto de investimento será implementado nos termos do Cronograma em anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA 10.ª**  
(Força de trabalho e Plano de Formação Profissional)

1. Os Investidores estimam que em consequência da implementação do projecto de investimento, sejam criados 75 (setenta e cinco) postos de trabalho directos, dos quais 65 (sessenta e cinco) serão destinados a trabalhadores nacionais e 10 (dez) a expatriados, que serão gradativamente substituídos por nacionais conforme o Plano de Substituição da Força de Trabalho Expatriada por força de trabalho nacional, igualmente anexo a este Contrato.

2. Os Investidores comprometem-se ainda a, através da Sociedade:

- a) Dar prioridade à formação técnica especializada de trabalhadores nacionais através de recrutamento em instituições de ensino nacionais;
- b) Colaborar com o INEFOP em todas as matérias relativas ao emprego e formação profissional; e
- c) Celebrar e manter actualizados contratos de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais a favor dos trabalhadores, de acordo com a lei.

**CLÁUSULA 11.ª**  
(Repatriamento de dividendos)

1. De acordo com os artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei do Investimento Privado e nos termos da autorização do BNA, conforme a legislação cambial, o Estado Angolano garante o direito aos Investidores, a repatriar dividendos, rendimentos e lucros da República de Angola.

2. De acordo com a Lei do Investimento Privado, o direito ao repatriamento de dividendos, rendimentos e lucros ao abrigo deste Contrato de Investimento poderá ser imediatamente exercido pelos Investidores 3 (três) anos após a implementação efectiva do projecto de investimento.

**CLÁUSULA 12.ª**  
(Mecanismo de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Os Investidores deverão facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuir de natureza técnica, económica, financeira ou outra com aquelas relacionadas. Os Técnicos da ANIP devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações adstritas ao Projecto de Investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições necessárias, segundo um critério de razoabilidade ao desempenho da sua missão.

2. Nos termos do n.º 1 do artigo 71.º, da Lei do Investimento Privado, os Investidores comprometem-se a auxiliar a ANIP relativamente a quaisquer questões ou dúvidas quando seja necessário e, a preencher os Formulários Anuais fornecidos pela ANIP.



3. Quando necessário, as Partes podem solicitar reuniões de revisão do enquadramento e implementação do Projecto de Investimento.

#### CLÁUSULA 13.ª

(Impacto económico, financeiro e social do Projecto de Investimento)

O Impacto económico e social do projecto traduz-se no seguinte:

- a) Criação de 875 postos de trabalho para a operação/exploração do projecto;
- b) Contribuir com um VAB anual médio de USD 25.257.320,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e vinte dólares dos E.U.A.);
- c) Introdução no mercado nacional, de máquinas e equipamentos modernos.

#### CLÁUSULA 14.ª

(Impacte ambiental do Projecto de Investimento)

Os Investidores obrigam-se a implementar o projecto de investimento de acordo com a Lei n.º 5/98, de 19 de Junho — Lei de Bases do Ambiente, o Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho, o Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho e demais legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- a) Salvaguarda do meio ambiente, em matérias de ruídos, gases, fumos, poeira, gestão de resíduos e efluentes;
- b) Permitir que as autoridades competentes procedam às inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades de construção;
- c) Assegurar o adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos, que abranjam todos os subprojectos;
- d) Participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o meio ambiente.

#### CLÁUSULA 15.ª

(Deveres e direitos dos Investidores)

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 23.º e 24.º da Lei do Investimento Privado e de quaisquer outras obrigações ao abrigo do presente Contrato de Investimento, os Investidores obrigam-se a:

- a) Cumprir com os termos e prazos deste Contrato de Investimento;
- b) Cumprir com a lei aplicável, em particular com os regimes ambientais, protecção e saúde e a Lei aplicável às regras contabilísticas e de arquivo;
- c) Promover a formação de trabalhadores nacionais.

2. Sem prejuízo de quaisquer outros direitos conferidos aos Investidores, estes gozam das garantias e das regras de protecção de direitos especiais previstas neste Contrato de Investimento e na Lei do Investimento Privado.

3. Os direitos e benefícios concedidos ou que de outra forma acresçam a favor dos Investidores, ao abrigo deste

Contrato de Investimento ou nos termos da lei aplicável, a data da assinatura, continuarão em vigor até ao termo do Contrato de Investimento e nenhum de tais direitos ou benefícios será directa ou indirectamente alterado, modificado ou reduzido por qualquer alteração na lei ou acto ou omissão de qualquer autoridade governamental da República de Angola.

#### CLÁUSULA 16.ª

(Apoio institucional do Estado Angolano)

O Estado Angolano, através de cada uma das entidades competentes referidas infra, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse socioeconómico do projecto de investimento, compromete-se institucionalmente no seguinte:

- a) Banco Nacional de Angola: Licenciamento dos capitais afectos ao Projecto do Investimento;
- b) Ministério da Construção: garantir a emissão de todas as licenças que se mostrem necessárias à implementação do projecto de investimento;
- c) Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social: Apoio a acções de formação e de realização de estágios profissionais, bem como dar acompanhamento nos domínios da legislação laboral e segurança social.

#### CLÁUSULA 17.ª

(Lei aplicável)

Este Contrato de Investimento rege-se pelas Leis da República de Angola.

#### CLÁUSULA 18.ª

(Resolução de litígios)

1. Em caso de litígio relativamente à interpretação ou execução do presente Contrato de Investimento, as Partes diligenciarão no sentido de alcançar, por acordo amigável, uma solução adequada e equitativa.

2. Se no prazo de 30 (trinta) dias não for possível obter uma solução negociada, nos termos previstos no número anterior, as Partes acordam em submeter o litígio à Arbitragem, de acordo com o disposto na Lei n.º 16/03, de 25 de Julho — Lei da Arbitragem Voluntária.

3. O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, devendo cada uma das Partes em conflito, nomear um árbitro, sendo o árbitro-presidente designado pelos árbitros escolhidos pelas Partes.

4. A notificação, a fazer por qualquer das Partes, deverá obrigatoriamente, identificar a outra Parte, indicar a pretensão de submissão do litígio à arbitragem, indicar a morada ou domicílio profissional do árbitro escolhido, convidar a outra Parte a nomear o seu árbitro e identificar o objecto do litígio.

5. A Parte que receber a comunicação referida no número anterior deverá nomear o seu árbitro, indicando, também, a sua morada ou domicílio profissional, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a recepção da referida comunicação.

6. O árbitro-presidente será designado pelos árbitros nomeados pelas Partes, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.



7. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, no local que for escolhido pelo árbitro presidente e julgará segundo o direito angolano, devendo a respectiva decisão ser proferida no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do início do processo, e este será conduzido em língua portuguesa.

8. O incumprimento por qualquer das Partes ou a impossibilidade de acordo entre os árbitros por elas nomeados, nos prazos acima referidos, confere às Partes o direito de pedir a nomeação do(s) árbitro(s) em falta ao secretário-geral da Câmara de Comércio Internacional.

9. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativos e irrecorríveis.

10. O disposto nesta cláusula não afasta o direito de recurso aos tribunais judiciais comuns para efeitos de injunções e providências cautelares, não podendo tal recurso ser entendido como renúncia aos efeitos da presente cláusula arbitral.

11. Todos e quaisquer documentos produzidos durante o processo arbitral devem ser traduzidos para língua inglesa.

CLÁUSULA 19.ª  
(Língua e exemplares)

1. As Partes acordam que todos os documentos contratuais descritos na Cláusula seguinte, assim como toda a documentação que as mesmas venham a trocar no âmbito da execução do projecto de investimento, deverão estar em língua portuguesa.

2. Caso qualquer uma das Partes produza ou invoque algum documento em língua estrangeira, este só será eficaz se traduzido para língua portuguesa.

3. O presente contrato de investimento é feito em 4 vias, em Luanda, destinando-se um exemplar a cada uma das Partes e outro para publicação pela Imprensa Nacional.

CLÁUSULA 20.ª  
(Documentos contratuais)

1. O Contrato de Investimento, os seus Anexos e o CRIP contêm todos os direitos e obrigações assumidas pelas Partes no que diz respeito à definição e disciplina das relações entre si no âmbito do Contrato de Investimento e prevalecem sobre quaisquer outros acordos ou entendimentos, orais ou escritos, em sentido diverso.

2. Qualquer alteração ao Contrato de Investimento e/ou aos seus Anexos apenas será válida se realizada por escrito e assinada pelas Partes.

CLÁUSULA 21.ª  
(Comunicações)

1. As notificações ou comunicações entre as Partes, no âmbito do presente Contrato de Investimento só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio e após boa recepção para os seguintes endereços:

Estado Angolano, representado pela ANIP:

Morada: Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar,  
Edifício do Ministério da Indústria.

Luanda - Angola

Telefones: (+244) 222 391 434 / 331 252

Fax: (+244) 222 393 381 / 393 833

Caixa Postal: 5465

E-mail: geral@anip.co.ao

Investidores:

«CITIC — Construction CO., Ltd.»

Morada: 20/F, Tower A, TYG Center, C2 Dong San  
Huan Beilu, Chaoyang District, Pequim, China

A/c: Chen Kaizhi

Tel: +86 10 5966 0129

Tel: +244 934 769 206 / 943 977 368

«CITIC — Construction International, Ltd.»

Morada: PO Box 957, Incorporações Offshore Center,  
Road Town, Tortola, BVI

A/c: Xiang Na

Tel: +86 10 5966 0551

Tel: +244 934 769 206 / 943 977 368

CC:

GLA Advogados

Morada: Rua Marechal Brós Tito, Edifício Escom,  
35-37, Piso 13.º, Fracção B, Luanda

Tel: +244 923 268 003

Fax: +244 222 443 388

Email: renata.valenti@gla-advogados.com / geral@gla-advogados.com

A/c: Dra. Renata Valenti

CLÁUSULA 22.ª  
(Invalidade)

1. Se qualquer disposição deste Contrato de Investimento for considerada inválida ou inexecutível, ter-se-á por não escrita na medida dessa invalidade ou inexecutibilidade.

2. As Partes envidarão esforços para substituir a disposição inválida ou inexecutível por uma válida com um efeito semelhante ou igual ao da cláusula que se substitui.

CLÁUSULA 23.ª  
(Anexos)

Constituem Anexos a este contrato:

Cronograma de Implementação do Projecto;

Plano de Formação Profissional;

Plano de Substituição da Força de Trabalho Expatriada pela Nacional.

Este Contrato de Investimento representa o acordo das Partes sobre todas as matérias acima referidas e será devidamente assinado pelos seus representantes autorizados.

Luanda, aos 12 de Março de 2014.

Pelo Estado da República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

Pelos investidores, *Liu Guigen*.



## ANEXO — I

## Cronograma de Implementação do Projecto

Ações a Implementar	Ano/ Mês I	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano n
Contratação de Pessoal						
Obter Licenças						
Importação do Capital						
Importação do Equipamento						

## ANEXO — II

## Plano de Formação Profissional

1. No seguimento de futuros projectos em que a Sociedade estará envolvida, os Investidores antecipam que o projecto crie cerca de 715 postos de trabalho para nacionais angolanos, a maioria dos quais relacionados com construção civil. Assim, os Investidores propõem-se a elaborar um plano de formação para desenvolver as capacidades neste campo, de acordo com a tabela infra:

	Tipo de Trabalho	Número de Vagas
1	Supervisor	40
2	Operador de Fábrica	20
3	Operador de Cimento	100
4	Transportador	100
5	Condutor	40
6	Carpinteiro	50
7	Engenheiro Civil	10
8	Metalurgista	40

## 2. Plano de Treino

2.1 Previamente a qualquer trabalho, todos os trabalhadores serão formados sobre saúde e segurança no trabalho.

2.2 Formação sobre técnicas ou capacidades base para cumprir com os requisitos da obra.

Ademais, os trabalhadores serão regularmente formados por forma a desenvolver as suas capacidades durante a implementação do projecto.

## ANEXO — III

## Plano de Substituição

Os investidores vão alavancar o projecto inicial de «CITIC — Construction (Angola), Co, Limitada» com uma força de trabalho maioritariamente constituída por trabalhadores angolanos. Findo o projecto inicial, e não considerando outros projectos que poderão requerer a alocação maior de força de trabalho angolana, os investidores comprometem-se a manter uma direcção da empresa constituída por nacionais angolanos.

Note-se que o projecto irá também implicar a contratação de trabalhadores temporários, ou seja, que serão contratados pelo tempo de duração das respectivas obras em construção. Os Investidores farão os possíveis para reter o máximo desta força de trabalho nos quadros da sociedade. Dito isto, se outras obras actualmente adjudicadas, os investidores não conseguem, nesta fase, assumir compromisso de manter esta força de trabalho temporária.

Items	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5		Ano n	
	Nac.	Exp	Nac.	Exp	Nac.	Exp	Nac.	Exp	Nac.	Exp	Nac.	Exp
Trabalhadores Temporários	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhadores Permanentes	65	10	65	10	68	7	72	3	72	3	-	-
Total	65	10	65	10	68	7	72	3	72	3	-	-

Durante os primeiros dois anos a força de trabalho expatriada irá assegurar a formação dos trabalhadores angolanos. Após deste período de formação, e conforme a tabela supra, os investidores propõem substituir:

3 Trabalhadores no ano 3;

4 Trabalhadores no ano 4;

O objectivo dos Investidores é substituir cargos da direcção da «CITIC — Construction (Angola), Co, Limitada» ao longo da vida do projecto, sem prejuízo de eventuais necessidades de contratação que, caso existam, serão primeiramente supridas com recurso à força de trabalho nacional.

Pelo Estado da República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.  
Pelos investidores, *Liu Guigen*.